

FICÇÃO E HISTÓRIA NA PERSPECTIVA ESTRUTURALISTA DE R. BARTHES

Lígia Militz da Costa*

Em dois ensaios que publicou após “Introdução à análise estrutural da narrativa” (*Communications* 8, 1966)¹ - “O discurso da história” (Paris, *Information sur les Sciences Sociales*, 1967)² e “O efeito de real” (*Communications*, 11, 1968)³ -, Roland Barthes examina o papel que têm certos detalhes que fazem parte da massa narrativa.

Nesses ensaios, o autor evoca a funcionalidade da narrativa, a qual propusera no seu texto básico do estruturalismo, em 1966. Naquele texto, afirma que tudo é funcional em uma narrativa, até mesmo o detalhe, e que vários são os tipos de correlação que podem ser estabelecidos. A narrativa, como sistema que combina unidades solidárias entre si, é presidida por uma organização, cuja unidade de base é um pequeno agrupamento de funções chamado seqüência. A função corresponde à categoria fundamental do modelo de descrição da análise estrutural da narrativa, definindo-se como o segmento da história que se apresenta como termo de uma correlação. Enquanto as chamadas funções cardinais ou núcleos identificam-se com as verdadeiras articulações da narrativa, porque correspondem a uma ação que abre, mantém

* Professora do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ In: *Análise estrutural da narrativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

² In: *Estruturalismo e literatura*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970 e *Le bruissement de la langue*. Paris: Seuil, 1984.

³ In: *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1971.

ou fecha uma alternativa no desenvolvimento da história, as catálises são unidades de natureza completiva, que apenas preenchem o espaço narrativo que separa as funções-articulações; são notações subsidiárias entre duas funções cardinais, que não modificam a natureza alternativa do núcleo. Barthes exemplifica as diferentes funções remetendo a uma passagem da novela *Goldfinger*: “o telefone tocou” e “James Bond atendeu” são funções cardinais, enquanto são catálises os pequenos incidentes e descrições que saturam o espaço que separa as duas funções cardinais: “Bond se dirigiu à sua mesa, levantou o receptor, pousou seu cigarro, etc.” As catálises (índices, informantes, preenchimentos, detalhes) são expansões imprevisíveis inseridas entre as funções cardinais e que se relacionam noutra nível.

Barthes mostra que a língua da narrativa é um fenômeno de pura lógica, onde as unidades podem ser separadas por longa seqüência de inserções pertencentes a esferas funcionais completamente diferentes. “*Assim se estabelece uma espécie de ‘tempo lógico’, que tem pouca relação com o ‘tempo real.’*”⁴ A significação de uma seqüência e de uma obra não decorre, portanto, da sucessão “natural” dos acontecimentos que as compõem, mas da lógica que faz solidárias as unidades significativas, num conjunto homogêneo. A narrativa é, pois, uma estrutura, um sistema de unidades e regras que geram significação. Sua sintaxe se organiza por uma lógica própria, intemporal, diferente do tempo real e cronológico. O tempo real não pertence ao discurso, mas ao referente. Falar do tempo verdadeiro no discurso, é falar de uma ilusão referencial de marca realista.

Nos ensaios “O discurso da história” e “O efeito de real”, nos quais trata respectivamente do discurso histórico e do discurso ficcional, o autor diz que certos detalhes que fazem parte da massa narrativa não possuem funcionalidade estrutural, ou seja, não têm função correlativa no texto. Designados como notações insignificantes na ficção, esses detalhes (“enchimentos”, “catálises”, “índices”) atuam apenas no sentido de remeter a um falso “efeito de real”, reduplicando na literatura o papel que os “detalhes concretos” desempenham n’“O discurso da história”, que é o de produzir, também ilusoriamente, um “efeito de realidade”.

O lugar que o “real” ocupa na estrutura discursiva é a indagação

⁴ Introdução à análise estrutural da narrativa, p. 55.

central d'“O discurso da história”. E a resposta crítica de Barthes é uma só e a mesma, tanto para a narrativa histórica como para a ficcional, como “O efeito de real” vem comprovar.

O discurso histórico, segundo o autor, pode ser decomposto em três níveis:

- enunciação: através do exame dos elementos de escuta (fontes e testemunhos) e de organização (ex.: dêiticos temporais e locativos), que evidenciam a presença da enunciação em meio ao enunciado;

- enunciado: através do recorte do texto em unidades de conteúdos, agrupáveis em classes, como na ficção;

- e significação: sentido dado aos eventos relatados pelo historiador e sentido filosófico geral, da forma do significado.

Assim analisável, como um discurso que permeia explicitamente a voz de um emissor com o enunciado, o discurso histórico constitui-se numa elaboração muito mais ideológica ou imaginária do que “verdadeira”. Reunindo e organizando mais significantes do que fatos, o historiador constrói um discurso no qual os fatos só têm existência lingüística, não podendo, portanto, ser encarados como cópia pura e simples de uma outra existência, situada em um campo extra-estrutural, que é o “real”. A produção do sentido ou da verdade do discurso histórico não advém, pois, da reprodução fiel dos eventos decorridos na esfera do real, mas da estrutura própria da linguagem que os articula, ou seja, das relações que conectam entre si as unidades de significação, imbricadas dentro do tecido lingüístico da narrativa. A prova da verdade da história narrativa depende da arquitetura de suas articulações e da abundância de suas expansões ou detalhes concretos. Esses detalhes concretos correspondem, no discurso da história, a significantes sem significados, isto é, a expressões que, eliminando o significado próprio de toda a estrutura narrativa, que é funcional, pretendem ser uma alusão direta ao referente, com vistas a gerar o “efeito da realidade”. A presença deles, que não se correlacionam significativamente com outros elementos da narrativa, atesta que o signo é a prova da realidade histórica na atualidade, que ele se converteu na própria estrutura narrativa.

N'“O efeito de real”, as notações insignificantes de que Barthes trata dentro do discurso ficcional, são analisadas considerando sua presença na tradição literária e a partir das categorias do real e do verosímil. Retomando o discurso histórico, que relata “o que realmente se passou” e no qual o real atua como referência essencial, diz que nele a não-funcionalidade de um detalhe não importa, porque ele denota “o

que já ocorreu”, sendo o “real concreto” a justificação suficiente do dizer. Esse realismo próprio do discurso histórico, transportado para o discurso ficcional, no qual deve prevalecer o todo articulado das funções, é criticado pelo autor:

A história é de fato o modelo dos discursos narrativos que admitem preencher os interstícios de suas funções por notações estruturalmente supérfluas, e é lógico que o realismo literário tenha sido, há alguns decênios atrás, contemporâneo do reino da história “objetiva”, a que é preciso acrescentar o desenvolvimento atual das técnicas, obras e instituições fundadas na necessidade incessante de autenticar o “real”: a fotografia, a reportagem, as exposições de objetos antigos, o turismo de monumentos e lugares históricos. Tudo isto diz que o “real” é suposto bastar-se a si mesmo, que é bastante forte para desmentir qualquer idéia de “função” (...) e “estrutura”.⁵

Barthes lembra que a ligação do real com a história é questionada desde a Antigüidade, mas com vistas à sua diferenciação do verossímil, enquanto ordem própria do discurso narrativo. Na cultura clássica, o verossímil era o opinável, o geral e, também, o impossível. Do antigo verossímil distancia-se o realismo moderno, com suas notações “reais”, parcelares e intersticiais. O novo verossímil que surge se expressa por um discurso que aceita enunciações creditadas somente pelo referente. O “detalhe concreto”, como o designa o autor, constitui-se semioticamente da colisão direta de um referente e de um significante, sendo o significado expulso do signo e, com ele, “a possibilidade de desenvolver uma ‘forma do significado’, isto é, (...) a própria estrutura narrativa. Isto é o que se poderia chamar de ilusão referencial”.⁶ A carência do significado dos detalhes, “denotadores diretos” do real, reverte em proveito do único referente, tornando-se “o próprio significado do realismo: produz-se um ‘efeito de real’, fundamento desse inverossímil confessado que forma a estética de todas as obras correntes da moder-

⁵—O efeito de real, p. 41-2.

⁶ Id. ibid., p. 43.

⁷ Id. ibid., p. 43.

nidade”.⁷

O autor critica esse novo verossímil que não respeita as leis do gênero, nem sua máscara, provindo da intenção de alterar a natureza tripartida do signo (significante - significado - referente) e fazendo do detalhe o encontro de um objeto e seu significante. Conforme Barthes, na empresa realista da modernidade está presente a desintegração do signo, mas de forma regressiva, porque pretende a uma plenitude referencial, num momento em que ocorre um esvaziamento paralelo do signo e a decorrente discussão da estética secular da representação.

A crítica aos “detalhes concretos” ou “reais”, que corresponderiam ao novo verossímil da atualidade, reforça a teoria funcional de Roland Barthes, conforme a “Introdução à análise da narrativa”, segundo a qual essas notações sobram, ou seja, não têm como correlacionar-se ao sistema articulado das unidades de significação.

A significação, tanto do discurso histórico, como do discurso ficcional, decorre da reunião da organização dos significantes e não da reprodução pura e simples de uma outra existência, pertencente a um campo fora da estrutura da linguagem, como é a realidade. Também no discurso da história, os fatos só têm existência lingüística. Entretanto, para visar a um efeito de realidade, o discurso histórico inclui e tolera a presença de “detalhes concretos” (enchimentos), que são notações sem funcionalidade dentro da arquitetura do texto e, por isso, desprovidas de significação. Tais notações, excluídas do significado funcional decorrente de sua articulação com os demais elementos do discurso, remetem diretamente ao referente, produzindo uma ilusão de real.

Intoleráveis no discurso ficcional, totalmente autônomo quanto à referencialidade, as “notações reais” constituem, conforme o autor, marca deplorável no que denomina “realismo” da literatura da modernidade.

Restringindo o sentido dos discursos à sua estrutura funcional, Roland Barthes contesta, na veemência de suas reflexões teórico-estruturalistas da década de 60, as inserções supérfluas que os narradores fazem nos seus textos narrativos para iludir o leitor com a presença do “real”. Por outro lado, dilui as fronteiras entre o discurso histórico e o discurso ficcional, ao divisar, na narrativa histórica, um sujeito da enunciação também comprometido com uma ideologia e um imaginário particular.